

Expedito tenta mudar regimento

por Francine Stella Fogá
de Brasília

Até amanhã, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), um dos articuladores do centro democrático, pretende conseguir 280 assinaturas de apoio à proposta destinada a alterar o regimento interno da Constituinte.

Em conjunto com parlamentares do PFL, do PL e de outros partidos, Expedito Machado empenha-se em abrir um prazo de trinta dias para a apresentação de emendas que alteram o conteúdo do projeto da Comissão de Sistematização, antes que ele seja enviado ao plenário da Constituinte.

Por enquanto, o deputado conta com a adesão de 117 constituintes do PMDB mais afinados com o Palácio do Planalto e que têm divergências com o líder do partido na Constituinte, o senador Mário Covas. E espera atingir no mínimo até 200 adesões, incluindo os

parlamentares dos demais partidos.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), defende o respeito ao regimento interno, que proíbe a apresentação de emendas de mérito até que o projeto seja enviado ao plenário. Mas, se a proibição for alterada, com a vitória da proposta de Expedito Machado, Cabral acredita que a Constituinte "terá mais agilidade para espelhar as expectativas da sociedade".

Bernardo Cabral tem vínculos passados com Mário Covas. Foi vice-líder do senador na Câmara em 1968. Mas, como coordenador da bancada do Amazonas, estreitou laços com o grupo de Expedito Machado. Foi eleito relator da Comissão de Sistematização com o apoio explícito do centro democrático, que surgiu justamente da iniciativa dos coordenadores de bancadas.

Na opinião do deputado José Genoíno (PT-SP), a tentativa do centro democrático de mudar o projeto de Constituição antes de ele chegar ao plenário da Constituinte é "um cambalacho". E, segundo o deputado, "uma manobra destinada a impor à Constituinte o projeto do Palácio do Planalto".

Também o senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), um dos relatores da Comissão de Sistematização, sustenta que alterar o regimento interno agora poderá representar um precedente perigoso demais. Todo o trabalho até agora feito democraticamente pela Constituinte seria prejudicado. "Não se mudam as regras do jogo no meio do jogo", pondera. O senador, porém, não acredita que o centro democrático tenha força para conseguir mudar o regimento.

Para apresentar o projeto de resolução destinado a

mudar o regimento, são necessárias 84 assinaturas. Para ser aprovado pelo plenário, precisa do quórum mínimo de 281 constituintes e obter a aprovação da maioria simples, metade mais um dos votos dos presentes. O presidente da Assembleia Constituinte do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, apresentou ontem ao plenário o seu entendimento sobre os limites regimentais para a apresentação de emendas. "As emendas devem, portanto, nesta fase, cingir-se a eliminar superposições, contradições e impropriedades de caráter formal do anteprojeto", concluiu em resposta à consulta formal do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

Afonso Arinos prefere não se manifestar sobre os efeitos da proposição do centro democrático. "Desconheço a ideologia e o programa de ação desse grupo", disse o senador.

A mobilização dos empresários

por Jaime Soares de Assis
de São Paulo

Um grupo de 28 empresários da indústria de máquinas e equipamentos deverá estar hoje em Brasília para discutir com parlamentares que integram a Assembleia Nacional Constituinte os pontos de vista do setor.

Pelo menos três itens já estão definidos na pauta formulada pelos membros desta delegação: a questão da redução da jornada de trabalho para quarenta horas, a estabilidade no emprego e a estatização de instituições como o Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Essa ação institucional tem sido feita em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), afirma Luiz Carlos Delben Leite, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria de Máquinas (Sindimaq), que acompanhará seus associados a Brasília.

De acordo com Delben Leite, cabe discutir com os congressistas se a redução de jornada para quarenta horas é vantajosa ou não. Em sua opinião "este aspecto não cabe ser colocado no texto constitucional" e deveria ser tratado com base em lei ordinária porque decorre do desequilíbrio tecnológico do País e, atualmente, se constitui em fator inflacionário. Delben Leite afirma que a redução de 48 para 40 horas de trabalho por semana provoca um aumento de 17,33% no custo, refletindo sobre o preço dos produtos sem que os trabalhadores ganhem salários maiores.

Além deste fator, diz Delben, colocar este item na Constituição seria tornar o assunto "absolutamente rígido", dificultando uma redução talvez até maior, no futuro, caso o País eleve seus níveis de produtividade por meio do desenvolvimento tecnológico e de

A prioridade da UDR

por Andrew Greenlees
de Brasília

No "hall" de entrada da sede da União Democrática Ruralista (UDR), em Brasília, um cartaz anuncia "o decálogo" da entidade. O primeiro artigo propõe a "defesa da livre iniciativa, da propriedade privada e da democracia". A partir do segundo item aparecem as menções específicas à propriedade rural, principal bandeira da UDR.

Essa prioridade para a iniciativa privada em seu sentido mais amplo — não apenas a rural — ficará clara neste final de semana. A entidade promoverá um acampamento no parque da Cidade. O ponto alto ocorrerá no sábado pela manhã, quando os organizadores esperam mobilizar 40 mil pessoas para uma "caminhada cívica" até o Congresso Nacional, onde estará em discussão o anteprojeto de Constituição.

"A partir de agora, a iniciativa privada está em alerta geral", diz o assessor da presidência da UDR, Fábio Saboya. O presidente da entidade, Ronaldo Caiado, chegou ontem a Brasília no início da noite.

Segundo Saboya, além da organização ruralista, participarão da marcha representantes de entidades como a Federação das Indústrias de São Paulo

(FIESP), Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Sociedade Rural Brasileira, Federação da Agricultura de Minas Gerais e Organização das Cooperativas do Brasil.

Esse movimento pró-iniciativa privada realizará seu primeiro evento público no final de semana, mas, na prática, já vem ocorrendo nas votações da Constituinte. Cada setor tem procurado ajudar o outro e vice-versa. "É melhor do que trabalhar separado", argumenta Saboya, para quem o movimento pretende dar "respaldo e apoio aos constituintes que pensam assim".

Dentro do princípio da iniciativa privada, as entidades têm interesses específicos. A UDR combate a "reforma agrária em terras produtivas" conforme costumam dizer seus líderes. Já os dirigentes da indústria querem evitar a intervenção estatal e itens como a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas. Os bancos, por sua vez, lutam contra a nacionalização do sistema financeiro.

No parque da Cidade, foram instaladas quatorze lonas de circo para servir de restaurante para os acampados. Também foram reservados cerca de setecentos quartos nos hotéis de Brasília.

GAZETA MERCANTIL

maior especialização do trabalhador brasileiro.

A estabilidade, para o presidente do Sindimaq, confronta-se com a necessidade, que ele defende, de se promover um desenvolvimento econômico com o crescimento auto-sustentado que mantenha um incremento permanente do nível de emprego dentro de um quadro econômico estável. A impossibilidade de se demitir funcionários quando ocorre uma crise acaba por comprometer a sobrevivência da empresa, segundo Delben. Desta forma a estabilidade contribuiria para eliminar, em definitivo, parte dos empregos oferecidos pela indústria.

Os órgãos Sesi, Sesc, Senac e Senai têm proposta de estatização tramitando na Comissão de Sistematização do Congresso. Delben Leite é contra a medida e teme que, estatizados, eles se tornem "cabides de emprego" e percam a eficiência.